

# NEOENERGIA JALAPÃO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 28.443.567/0001-51 | Companhia Fechada

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,  
Ao apresentar os resultados de 2023, a Neoenergia Jalapão Transmissão De Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

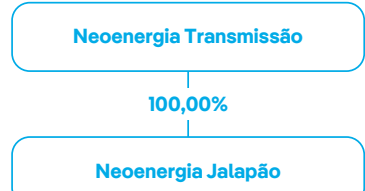
#### 1. A NEOENERGIA JALAPÃO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

A Neoenergia Jalapão Transmissão De Energia S.A. ("Companhia"), controlada pela Neoenergia Transmissão S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

Em 25 de agosto de 2023, a Neoenergia S.A. (antigo controlador) transferiu para Neoenergia Transmissão S.A (atual controlador) a totalidade de sua participação societária na Companhia, em troca da integralidade da participação societária na Neoenergia Transmissão S.A.

#### 1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2023, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:



#### 2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 22 de dezembro de 2017, a Companhia venceu o leilão ANEEL 02/2017 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: nos estados do Tocantins, Piauí e Bahia, compostas pela Linha de Transmissão Miracema - Gilbués II, em 500kV, circuito simples, terceiro circuito, com origem na Subestação Miracema e término na Subestação Gilbués II; Linha de Transmissão Gilbués II - Barreiras II, em 500kV, circuito simples, segundo circuito, com origem na Subestação Gilbués II e término na Subestação Barreiras II.

Em 2023, a taxa de disponibilidade da Companhia foi de 99,99% (99,99% em 2022). O limite estabelecido pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) estipula como normal a disponibilidade entre 95% e 98%. Este indicador baliza a qualidade do serviço aferida pela ANEEL através da disponibilidade do sistema de transmissão. Nos últimos três anos, a Companhia esteve com disponibilidade acima do limite superior definido pela ONS.

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

#### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas	2023	2022
<b>Receita operacional, líquida</b>	<b>3</b>	<b>169.876</b>	<b>247.550</b>
<b>Custos</b>		<b>(10.286)</b>	<b>(8.131)</b>
Custos de construção	4	-	(750)
Custos de operação	5	(10.286)	(7.381)
<b>Lucro bruto</b>		<b>159.590</b>	<b>239.419</b>
Perdas de crédito esperadas		(764)	(240)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	1.921	(7.193)
<b>Lucro operacional</b>		<b>160.747</b>	<b>231.986</b>
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(67.328)</b>	<b>(77.975)</b>
Receitas financeiras	6	12.937	7.386
Despesas financeiras	6	(80.144)	(84.817)
Outros resultados financeiros, líquidos	6	(12)	(544)
<b>Lucro antes dos tributos</b>		<b>93.419</b>	<b>154.011</b>
<b>Tributos sobre o lucro</b>		<b>(27.556)</b>	<b>(52.424)</b>
Corrente		(138)	-
Diferido	7.1.1	(27.418)	(52.424)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>65.863</b>	<b>101.587</b>
<b>Lucro básico e diluído por ação do capital - R\$:</b>	<b>14.2</b>	<b>0,18</b>	<b>0,18</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

#### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>65.863</b>	<b>101.587</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>65.863</b>	<b>101.587</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>324.886</b>	<b>19.727</b>	<b>242.210</b>	<b>73.200</b>	<b>660.023</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	65.863	65.863
<b>Destinação do lucro (nota 14.2.b):</b>					
Reserva legal	-	3.293	-	(3.293)	-
Remuneração ao acionista (nota 14.2.b)	-	-	(33.477)	(819)	(49.939)
Reserva especial de dividendos não distribuídos	-	-	-	46.927	(46.927)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>324.886</b>	<b>23.020</b>	<b>208.733</b>	<b>119.308</b>	<b>675.947</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>290.886</b>	<b>14.648</b>	<b>242.210</b>	<b>819</b>	<b>548.563</b>
Aumento de capital	34.000	-	-	-	34.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	101.587	101.587
<b>Destinação do lucro (nota 14.2.b):</b>					
Reserva legal	-	5.079	-	(5.079)	-
Remuneração ao acionista (nota 14.2.b)	-	-	-	(24.127)	(24.127)
Reserva especial de dividendos não distribuídos	-	-	-	72.381	(72.381)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>324.886</b>	<b>19.727</b>	<b>242.210</b>	<b>73.200</b>	<b>660.023</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

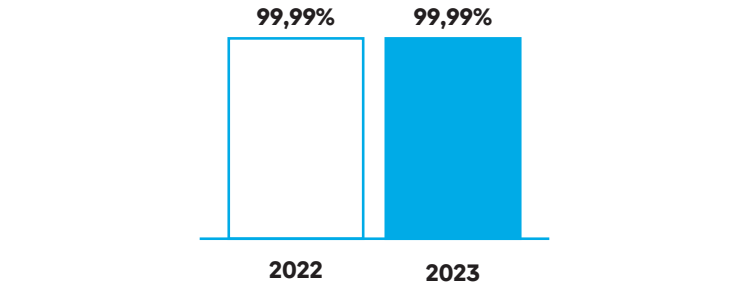
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 7 de abril de 2017, a Neoenergia Jalapão Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), com sede e foro na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Neoenergia S.A. que tem por objeto social principal desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional. Em 22 de dezembro de 2017, a Companhia venceu o leilão ANEEL 02/2017 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: nos estados do Tocantins, Piauí e Bahia, compostas pela Linha de Transmissão Miracema - Gilbués II, em 500kV, circuito simples, terceiro circuito, com origem na Subestação Miracema e término na Subestação Gilbués II; Linha de Transmissão Gilbués II - Barreiras II, em 500kV, circuito simples, segundo circuito, com origem na Subestação Gilbués II e término na Subestação Barreiras II. A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2023/2024 é de R\$173.378 (R\$166.813 para o ciclo 2022/2023), corrigida anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos, a partir da assinatura do contrato de concessão, datado de 08/03/2018. **1.1. Gestão de risco financeiros e operacionais:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios e atividades da Companhia que geram exposição a riscos financeiros, incluindo diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial, risco de taxas de juros e índices de preços, assim como a utilização de instrumentos derivativos para proteção. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria. **1.1.1. Gestão de riscos financeiros: Considerações gerais e políticas internas:** A Política de Gestão de Riscos Financeiros foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos do Grupo Neoenergia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito, além de diretrizes sobre a utilização de derivativos, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos do mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos. A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatuto da Companhia. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são: de volatilidade de dívidas a dívidas denominadas ou indexadas à moeda estrangeira deverá ser protegido e convertido para Reais por meio de operações de hedge; • O risco de câmbio deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; • Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial; • Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto a composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; • Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de hedge; e • Não é permitida a contratação de derivativos "exóticos" nem "alavancados". A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de mercado - Taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a LIBOR e CDI.	Operações de swap, gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de mercado - Preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de commodities metálicas.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas	Monitoramento dos covenants financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controle internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. **1.1.2. Gestão de risco de mercado: Risco de taxa de juros:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indicadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. **Risco de inflação:** A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar na elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter



#### 3. ATIVOS EM OPERAÇÃO

##### 3.1. Linhas de transmissão em operação

Linhas de Transmissão em Operação - Características Físicas					
Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
LT Miracema - Gilbués II	3	500kV	418	29/12/2021	09/03/2048
LT Gilbués II - Barreiras II	2	500kV	311	16/01/2022	09/03/2048

#### 4. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2023/2024 é de R\$173.379, corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos.

Linhas de Transmissão em Operação - Características Financeiras					
Linha de Transmissão	Propriedade (%)	RAP (R\$ mil)	Ano de Degradação RAP	Mês base reajuste	Índice de Correção
LT Miracema - Gilbués II	100%	173.379	2028	Junho	IPCA
LT Gilbués II - Barreiras II					

#### 5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas.

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

#### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>65.863</b>	<b>101.587</b>
<b>Ajustado por:</b>		
Depreciação e amortização	710	191
Tributos sobre o lucro	27.556	52.424
Resultado financeiro, líquido	67.328	77.975
Baixa de ativo não circulante	-	5
<b>Alterações no capital de giro:</b>		
Contas a receber de clientes e outros	(3.658)	(18.355)
Concessão serviço público (ativo contratual)	(2.635)	(103.707)
Fornecedores e contas pagar de empreiteiros	(915)	(37.375)
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(1.315)	21
Outros tributos a recuperar e encargos setoriais, líquidos	(3.612)	12.039
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(4.693)	(258)
Outros ativos e passivos, líquidos	(19.528)	(2)
<b>Caixa gerado pelas operações</b>	<b>125.101</b>	<b>84.545</b>
Encargos de dívidas pagas	(21.876)	(17.229)
Rendimentos de aplicações financeiras	13.308	7.497
Tributos sobre o lucro pagos	(194)	-
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>116.339</b>	<b>74.813</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de imobilizado e intangível	-	(1.670)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(17.568)	-
Resgate de títulos e valores mobiliários	2.946	-
<b>Caixa consumido pelas atividades de investimentos</b>	<b>(14.622)</b>	<b>(1.670)</b>
Captação de empréstimos e financiamentos	-	18.790
Pagamento dos custos de captação	-	(2.367)
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(10.797)	-
Remuneração paga ao acionista	(68.406)	(35.281)
Aumento de capital	-	34.000
Mútuos aplicados	-	(58.975)
<b>Caixa consumido pelas atividades de financiamento</b>	<b>(79.203)</b>	<b>(43.833)</b>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício</b>	<b>22.514</b>	<b>29.310</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	74.240	44.930
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>96.754</b>	<b>74.240</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### 5.1. Resultado Econômico-Financeiro

DRE (R\$ mil)	2023		2022		Variação	
	2023	2022	R\$	%	R\$	%
Receita líquida	169.876	247.550	(77.674)	(31%)		
<b>MARGEM BRUTA</b>	<b>169.876</b>	<b>247.550</b>	<b>(77.674)</b>	<b>(31%)</b>		
Custos de construção	-	(750)	750	(100%)		
Custo de operação	(9.893)	(7.381)	(2.512)	34%		
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	2.228	(7.032)	9.240	(132%)		
Despesa Operacional	(7.665)	(15.131)	7.478	(49%)		
PECLD	(764)	(240)	(524)	218%		
<b>EBITDA</b>	<b>161.457</b>	<b>232.177</b>	<b>(70.720)</b>	<b>(30%)</b>		
Depreciação	(710)	(191)	(519)	272%		
Resultado Financeiro	(67.328)	(77.975)	10.647	(14%)		
IR/CS	(27.556)	(52.424)	24.868	(47%)		
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>65.863</b>	<b>101.587</b>	<b>(35.724)</b>	<b>(35%)</b>		

A margem bruta e as despesas operacionais da Companhia no ano alcançaram R\$169.876 mil, -31% vs. 2022 e -R\$7.655 mil, -49% vs. 2022, respectivamente, explicadas pela redução do custo de construção, devido a entrada em operação da Companhia em 2023.

Como resultado dos efeitos descritos, o EBITDA encerrou o ano em R\$161.457 mil, redução de 30%, em relação ao ano de 2022.

O resultado financeiro foi negativo em R\$67.328 mil em 2023 (-14% vs. 2022). A variação é devida principalmente à redução de despesa com encargos financeiros sobre instrumentos de dívida, impactada pela variação do IPCA em relação ao ano anterior.

Considerando os fatores acima mencionados, a Companhia registrou lucro líquido no ano de 2023 de R\$65.863 mil, uma redução de 35% em relação ao ano anterior.

#### 6. ESTRUTURA DE CAPITAL

##### 6.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2023, a dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos e encargos, foi de R\$981.650 mil (dívida líquida R\$869.159 mil), apresentando um aumento de 5% em relação a dezembro de 2022, quando a dívida bruta foi de R\$937.258 mil (dívida líquida R\$863.018 mil). Em dezembro de 2023, a Companhia contava com 95,4% da dívida bruta contabilizada no longo prazo.

#### DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Neoenergia Jalapão, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Jalapão e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Jalapão. A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Jalapão sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras.

### BALANÇO PATRIMONIAL

#### Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	96.754	74.240
Títulos a receber de clientes e outros	9	22.582	18.909
Títulos e valores mobiliários	-	15.737	-
Tributos sobre o lucro a recuperar	7.1.3	2.791	1976
Outros tributos a recuperar	-	198	335
Concessão do serviço público (ativo contratual)	10	166.075	163.302
Outros ativos circulantes	-	10.104	664
<b>Total do circulante</b>		<b>314.241</b>	<b>259.426</b>
<b>Não circulante</b>			
Tributos sobre o lucro a recuperar	7.1.3	19	10
Outros tributos a recuperar	-	21	21
Depósitos judiciais	13	3.355	3.070
Concessão do serviço público (ativo contratual)	10	1.798.677	1.798.805
Imobilizado	-	4.401	4.927
Intangível	-	391	583
<b>Total do não circulante</b>		<b>1.806.86</b>	

NEOENERGIA JALAPÃO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 28.443.567/0001-51 | Companhia Fechada

parcela de reajuste relativa à variação desses índices é considerada como um componente de contraprestação variável e os efeitos resultantes da aplicação dos novos valores de RAP no modelo de cálculo do ativo contratual são imediatamente reconhecidos no resultado, no grupo de receita operacional. A Companhia observou as orientações do Ofício-Circular nº04, divulgado pela CVM, na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023 e 2022, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção, com a adoção das seguintes políticas contábeis: I. Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A taxa interna de retorno utilizada para viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 16%a.a. e 17%a.a. nominal e antes dos impostos. II. A remuneração do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 6,5%a.a. e 11,0%a.a.

4. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	2023	2022
Pessoal e benefícios a empregados	(600)	187
Material	53	187
Serviços de terceiros	(390)	53
Outros	-	-
<b>Total</b>	<b>(750)</b>	<b>(750)</b>

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2023	2022
Pessoal e benefícios a empregados	(1.937)	(1.417)
Administradores	-	(2.368)
Serviços de terceiros	(5.400)	(1.195)
Depreciação e amortização	(393)	(317)
Provisão para processos judiciais	-	(686)
Impostos, taxas e contribuições	(35)	(580)
Outras receitas e despesas, líquidas	(2.521)	8.484
<b>Total</b>	<b>(10.286)</b>	<b>1.921</b>

	2023	2022
Pessoal e benefícios a empregados	(3.469)	(3.226)
Administradores	-	(647)
Serviços de terceiros	(3.221)	(1.223)
Depreciação e amortização	-	(191)
Provisão para processos judiciais	-	(19)
Impostos, taxas e contribuições	(32)	(68)
Despesas de viagem	(318)	(732)
Propaganda e publicidade	-	(756)
Outras receitas e despesas, líquidas	(341)	(531)
<b>Total</b>	<b>(7.381)</b>	<b>(7.193)</b>

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicações financeiras	13.308	7.497
PIS e COFINS sobre receita financeira	(643)	(363)
Juros e encargos contas a receber de clientes e outros títulos	16	6
Atualização de depósitos judiciais	248	223
Outras receitas financeiras	8	23
<b>Despesas financeiras</b>	<b>12.937</b>	<b>7.386</b>
Encargos sobre instrumentos de dívida	(77.065)	(80.202)
Atualização de provisões para processos judiciais	(678)	(684)
Encargos sobre mútuo	-	(1.605)
IOF	(72)	(117)
Outras despesas financeiras	(2.329)	(2.209)
<b>Outros resultados financeiros, líquidos</b>	<b>(80.144)</b>	<b>(84.817)</b>
Perdas com variações cambiais e monetárias	(367)	(600)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	246	56
	(12)	(544)
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(67.328)</b>	<b>(77.975)</b>

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

**7.1. Tributos sobre o lucro:** Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **7.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2023	2022
<b>Lucro antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>93.419</b>	<b>154.011</b>
Tributos sobre o lucro à alíquotas da legislação - 34%	(31.762)	(52.364)
<b>Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:</b>		
Incentivos fiscais	525	-
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	850	-
Outras ações (reversões) permanentes	2.831	(60)
<b>Tributos sobre o lucro</b>	<b>(27.556)</b>	<b>(52.424)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>29%</b>	<b>34%</b>
Corrente	(138)	-
Diferido	(27.418)	(52.424)

7.1.2 Tributos sobre o lucro diferidos

	2023	2022
<b>Ativo</b>		
Provisão participação nos lucros e resultados	-	183
Prejuízo fiscal e base negativa	52.641	60.151
Outros	1.652	918
<b>Total diferenças temporárias - ativo</b>	<b>54.293</b>	<b>61.252</b>
Margem na construção e remuneração do ativo de contrato	(284.970)	(264.511)
<b>Total diferenças temporárias - passivo</b>	<b>(284.970)</b>	<b>(264.511)</b>
<b>Tributos sobre o lucro diferidos passivos, líquidos</b>	<b>(230.677)</b>	<b>(203.259)</b>

As variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:

	2023	2022
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>(203.259)</b>	<b>(150.835)</b>
Efeitos reconhecidos no resultado	(27.418)	(52.424)
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>(230.677)</b>	<b>(203.259)</b>

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2023, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos, reconhecidos, está apresentada como segue:

	2024	2025	2026	2027	Entre 2023 e 2033
Ativo fiscal diferido, líquidos	4.034	4.345	5.591	6.743	33.580

7.1.3. Tributos sobre o lucro a recuperar

	2023	2022
Imposto de Renda - IR	2.732	1.873
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	78	113
<b>Ativo</b>	<b>2.810</b>	<b>1.986</b>
Ativo circulante	2.791	1.976
Ativo não circulante	19	10

**7.1.4 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil:** Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma entidade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseadas em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro projetado projetado, baseado no planejamento de produção e vendas, preços de commodities, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis. **7.2. Outros tributos e encargos setoriais a recolher**

	2023	2022
Programa de Integração Social - PIS <sup>(i)</sup>	32.680	32.565
Contribuição para o Financiamento da Seguridade social - COFINS <sup>(i)</sup>	150.540	150.008
Outros	2.491	5.222
<b>Outros tributos</b>	<b>185.711</b>	<b>187.865</b>
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	109	96
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	626	452
Outros encargos setoriais	128	124
<b>Encargos setoriais</b>	<b>863</b>	<b>672</b>
<b>Total outros tributos e encargos setoriais a recolher</b>	<b>186.574</b>	<b>188.537</b>
Circulante	2.175	4.560
Não circulante	184.399	183.977

<sup>(i)</sup> Contempla o PIS e COFINS diferidos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e da remuneração do ativo de contrato, que serão realizados até o término do contrato de concessão.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	5.288	3.202
Fundos de investimento	91.466	71.038
<b>Total</b>	<b>96.754</b>	<b>74.240</b>

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2023 é de 100,5% do CDI (100,3% em 31 de dezembro de 2022). A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenegria, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo:

	2023	2022
<b>Carteira Fundos exclusivos</b>		
Operações compromissadas	91.466	71.038
	91.466	71.038

Os fundos de investimentos exclusivos da Companhia representam apenas veículos de propensão específico controlados pela Neoenegria S.A. para que o grupo diversifique seus investimentos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação

dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2023	2022
	<b>Perdas de crédito esperadas</b>	<b>Perdas de crédito esperadas</b>
	<b>Receivável esperadas</b>	<b>Receivável esperadas</b>
Concessionárias	23.591 (1.009)	22.582 19.154
	22.582 (245)	19.154 (245)
	<b>18.909</b>	<b>18.909</b>

O aging do contas a receber de disponibilização do sistema de transmissão está apresentado como segue:

	2023	2022
	<b>Perdas de crédito esperadas</b>	<b>Perdas de crédito esperadas</b>
	<b>Receivável esperadas</b>	<b>Receivável esperadas</b>
A vencer	20.667	(74)
<b>Saldos vencidos:</b>		
Entre 1 e 90 dias	1.881	(376)
entre 91 e 180 dias	770	(297)
entre 181 e 365 dias	135	(124)
Acima de 366 dias	15	(38)
	23.591 (1.009)	19.154 (245)

9.1. Variação das perdas de crédito esperadas - PCE

	2023	2022
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>(245)</b>	<b>(5)</b>
Adições	(744)	(252)
Reversões	-	12
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>(1.009)</b>	<b>(245)</b>

**9.2. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil:** O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 16.4) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas de crédito esperadas. A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante estimado com base na Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de perda esperada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras das operações da Companhia. A Companhia não possui histórico de perdas materiais e, portanto, utiliza uma matriz que considera percentuais crescentes de provisão que pode chegar a 100% em caso de atraso superior a 12 meses. Considerando que existem mecanismos estabelecidos pelo ONS para mitigar risco de crédito, as perdas de créditos constituídas não são relevantes.

10. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

A concessão da Companhia não é onerosa, portanto, não há obrigações financeiras fixas e pagáveis a serem emitidas ao Poder Concedente. O contrato de concessão outorgado possui prazo de 30 anos e prevê a prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratuais previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam os seguintes saldos no balanço patrimonial:

	2023	2022
<b>Saldo do ativo contratual</b>	<b>1.964.752</b>	<b>1.962.107</b>
Ativo circulante	166.075	163.302
Ativo não circulante	1.798.677	1.798.805

A movimentação do ativo contratual é como segue:

	2023	2022
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>1.962.107</b>	<b>1.858.400</b>
Realização do ativo contratual pela parcela da RAP do exercício	(162.306)	(152.570)
Remuneração do ativo contratual	206.151	201.240
Constituição de infraestrutura da concessão	-	13.731
Adições e remensuração do ativo contratual	(41.200)	-
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>1.964.752</b>	<b>1.962.107</b>

**10.1. Política contábil:** O Contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia e estabelecem que, de acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O direito à contraprestação por bens e serviços é condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações de desempenho são subsequentemente reclassificados para a contas a receber de clientes. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através do fluxo de caixa de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

11. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR DE EMPREITEIROS

	2023	2022
Materiais e serviços	25.058	25.606
<b>Total</b>	<b>25.058</b>	<b>25.606</b>

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

**12.1. Dívida líquida:** A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor ao seu acionista, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	2023	2022
Empréstimos bancários e financiamentos bancários	213.614	213.057
Agências de fomento	768.036	724.201
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>981.650</b>	<b>937.258</b>
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 8)	(96.754)	(74.240)
(-) Títulos e valores mobiliários	(15.737)	-
<b>Dívida líquida</b>	<b>869.159</b>	<b>863.018</b>

**12.2. Empréstimos e financiamentos:** As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de agências de fomento, principalmente denominadas em Real brasileiro ("R\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo custo amortizado.

a) Saldos dos contratos por moeda

	2023	2022
<b>Denominados em R\$</b>		
Indexados a taxas flutuantes	986.697	942.839
(-) Custos de transação	(5.047)	(5.581)
<b>Total</b>	<b>981.650</b>	<b>937.258</b>

Passivo circulante 45.364 15.229  
Passivo não circulante 936.286 922.029

**b) Fluxo de pagamentos futuros de dívida:** A Companhia busca estruturar sua dívida em consonância com o ciclo financeiro de seus negócios, observando as peculiaridades de cada empresa e as características de suas concessões e autorizações. Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal <sup>(i)</sup>	Juros <sup>(ii)</sup>	Total
2024	44.662	38.333	82.995
2025	48.657	37.254	85.911
2026	50.362	35.259	85.621
2027	52.180	34.149	86.329
2028	54.100	33.182	87.282
Entre 2029 a 2033	303.333	144.183	447.516
Entre 2034 a 2038	370.799	97.123	467.922
2039 em diante	403.098	34.537	437.635
<b>Total</b>	<b>1.327.191</b>	<b>454.020</b>	<b>1.781.211</b>

<sup>(i)</sup> O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros, é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré) em vigor em 31 de dezembro de 2023 e considerando que todas as amortizações e pagamentos de juros dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2023, o prazo médio de vencimento do endividamento da Companhia é de 11,09 anos.

c) Reconciliação da dívida com o fluxo de caixa e outras movimentações

	2023	2022
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>937.258</b>	<b>857.878</b>
<b>Efeito no fluxo caixa:</b>		
Captações	-	18.790
Amortização de principal	(10.797)	-
Custo de captação	-	(2.367)
Pagamento de encargo de dívida		

## NEOENERGIA JALAPÃO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 28.443.567/0001-51 | Companhia Fechada

**16.2. Estimativa do valor justo:** Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 16.7 - análise de sensibilidade. **16.3. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR"):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

**Ativos financeiros**Caixa e equivalentes de caixa  
Títulos e valores mobiliários

2023		2022	
Nível 2	Total	Nível 2	Total
91.466	91.466	71.038	71.038
15.737	15.737	-	-
<b>107.203</b>	<b>107.203</b>	<b>71.038</b>	<b>71.038</b>

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

**16.4. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA"):** Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

2023		2022	
Saldo de justo contábil (nível 2)	Estimativa de justo (nível 2)	Saldo de justo contábil (nível 2)	Estimativa de justo (nível 2)
981.650	928.690	937.258	876.651

Empréstimos e financiamentos

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de

caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). **16.5. Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e • Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA e VJR estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) Passivo financeiro: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **16.6. Métodos e técnicas de avaliação:** O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de Receita ou na abordagem de Mercado. **16.7. Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as demais variáveis constantes. - Cenário Provável: Foram projetados os

encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2023. - Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas. - Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Exposição Taxa no exercício	Impacto			
				(Saldo/ Cenário Provável)	(II) (III)		
<b>Ativos financeiros</b>							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	11,65%	107.203	12.489	(1.873)	(3.747)
<b>Passivos financeiros</b>							
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	4,68%	(986.697)	(72.213)	(6.168)	(12.336)

## MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

## DIRETORIA EXECUTIVA

Fabiano Uchoas Ribeiro  
Diretor de OperaçõesFabrício Duque Estrada Meyer Chagas  
Diretor Financeiro

## CONTADOR

Tiago Donatti Furigo  
CRC-SP-338760/O-6

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Neoenergia Jalapão Transmissão de Energia S.A.

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Neoenergia Jalapão Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neoenergia Jalapão Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar

distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco

de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 2024

## Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJJônatas José Medeiros de Barcelos  
Contador  
CRC nº 1 RJ 093376/O-3Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2 de  
24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura  
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BrasilCertificado por Editora Globo SA  
04067191000160 Pub: 08/02/2024A autenticidade deste documento  
pode ser conferida através do QR Code  
ou pelo link<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/08/JALAPAO1574313308022024.pdf>  
Hash: 17073351621a237c17470c482fa4fd8853dbb5ad15